



## Agenda por um Brasil Justo e Sustentável

Propostas de Marina Silva e do Partido Verde para os candidatos ao segundo turno da campanha presidencial buscando compromissos programáticos para um Brasil Justo e Sustentável, a construção da governabilidade com base em princípios e valores éticos. As propostas foram elaboradas a partir das Diretrizes para o Programa de Governo da Candidatura de Marina Silva à Presidência da República *"Juntos pelo Brasil que Queremos"*, aprovadas pela Convenção do Partido Verde e publicadas no dia 10 de junho de 2010, atualizadas e divulgadas em julho de 2010 para discussão aberta com a sociedade na campanha presidencial e com novos aportes recebidos no curso desta.

	Tema	Compromisso
1	Transparência e ética	<ul style="list-style-type: none"><li>• Não instituição de qualquer mecanismo de tutela ou controle sobre a liberdade de imprensa;</li><li>• Transparência das informações sobre execução orçamentária do governo federal disponibilizando na internet dados primários do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), permitindo o acompanhamento da execução dos contratos e dos processos decisórios inclusive dos conselhos de governo e agências reguladoras;</li></ul>



---

2	Reforma eleitoral	<ul style="list-style-type: none"><li>• Encaminhamento ao Congresso de reforma política com adoção do voto distrital misto, lista cívica e financiamento público de campanhas.</li></ul>
3	Educação para a sociedade do conhecimento	<ul style="list-style-type: none"><li>• Elevação do investimento em educação do setor público para 7% do PIB, priorizando novos investimentos na direção da universalização do acesso à pré-escola e à creche;</li><li>• Eliminação do analfabetismo entre jovens de 15 a 30 anos até 2014 e erradicação do analfabetismo até 2018;</li><li>• Valorização dos professores da rede pública na sua remuneração, acesso universal a computador e internet, programas de aperfeiçoamento, formação continuada e fóruns democráticos para aprimoramento de currículos e métodos pedagógicos;</li><li>• Viabilização, nos primeiros seis meses de governo, da aprovação no Congresso da Lei de Responsabilidade Educacional e a criação do Sistema Nacional de Educação;</li></ul>
4	Segurança pública	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa de subsídios à manutenção na escola ou em curso técnico profissionalizante de todos jovens em situação de risco;</li><li>• Fundo nacional de segurança para complementar os salários dos policiais civis e militares de forma a garantir sua dedicação exclusiva à segurança pública;</li><li>• Encaminhar, no prazo de seis meses, PEC para reforma do modelo policial brasileiro.</li></ul>

---



5

Mudanças  
climáticas  
energia e infra-  
estrutura

- Agência reguladora independente para a Política Nacional de Mudanças Climáticas;
- Publicação de estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa(GEE) no Brasil e, a cada três anos, seu inventário completo;
- Estabelecimento de indicadores de intensidade de emissões de GEE na economia brasileira com suas metas de redução previstas em Lei, tornando-as obrigatórias;
- Aumento em 10%, até 2014, da participação das energias renováveis na matriz energética brasileira;
- Fim dos leilões de energia para novas termoelétricas movidas a óleo diesel ou carvão mineral;
- Inclusão efetiva da sociedade civil no Conselho Nacional de Política Energética;
- Supressão do IPI sobre fabricação de veículos elétricos e híbridos;
- Estabelecimento de um Plano Nacional Decenal de Infra-estrutura compatível com as metas de redução de emissões de GEE;
- Moratória de novas usinas nucleares ainda não autorizadas pelo Congresso Nacional;
- Criação do Sistema Nacional de Prevenção e Alerta sobre Desastres Naturais, incluindo publicação anual de mapa de áreas vulneráveis a desastres naturais;
- Painel científico independente para monitorar a segurança na exploração do pré-sal;



	<ul style="list-style-type: none"><li>• Universalização do acesso à banda larga em todo Brasil;</li><li>• Plano de geração de empregos verdes na transição para economia de baixo carbono;</li><li>• Cumprimento das condicionantes socioambientais em relação ao projeto Belo Monte;</li></ul>
6	Seguridade social: saúde, assistência social e previdência <ul style="list-style-type: none"><li>• Comprometimento de 10% do orçamento federal para saúde conforme previsto na emenda 29/2000 e sua regulamentação no Congresso Nacional, em 2011;</li><li>• Programa Saúde da Família (PSF) para, pelo menos, 80% da população brasileira, até 2014 com redução de três mil para dois mil do número de pessoas atendidas por cada equipe;</li><li>• Carreira para os integrantes do PSF feita de forma solidária entre governos federal, estaduais e municipais;</li><li>• Aumento para 75% dos domicílios com acesso à rede de esgoto e pelos menos 50% com tratamento do esgoto coletado, até 2014, com vistas à universalização do serviço até 2020;</li><li>• Implantação da rastreabilidade e rotulagem de alimentos transgênicos;</li><li>• Programas sociais de terceira geração contemplando a inclusão produtiva como desdobramento dos programas de transferência de renda;</li></ul>



7

Proteção dos biomas brasileiros

- Desmatamento zero de vegetação nativa primária e secundária, em estágio avançado de regeneração, em todos os biomas brasileiros, ressalvadas situações de premente interesse público.
- Veto a propostas de alteração do Código Florestal que reduzam áreas de reserva legal, preservação permanente ou promovam anistia a desmatadores;
- Implementação da meta de 10% dos biomas brasileiros incluídos em unidades de conservação;
- Apresentação de Plano Nacional para Agricultura Sustentável;

8

Gasto público de custeio e Reforma Tributária

- Limitação da expansão dos gastos de custeio do governo federal à metade do crescimento do PIB;
- Proposta de reforma tributária nos seis primeiros meses de governo contemplando:
  - Simplificação e restrição drástica da regressividade dos impostos;
  - Informação clara ao consumidor do valor dos impostos na composição dos preços de produtos e serviços que adquira;
- Revisão da tributação, incentivos e renúncias fiscais de acordo com impacto sobre o meio ambiente e intensidade de emissões de GEE.
- Redução substancial dos cargos comissionados de livre provimento;



9	Política externa	<ul style="list-style-type: none"><li>• Política externa orientada pela promoção da paz, liberdade, democracia e respeito aos direitos humanos.</li></ul>
10	Fortalecimento da diversidade socioambiental e cultural	<ul style="list-style-type: none"><li>• Conclusão da demarcação e homologação das terras indígenas e criação de fundo para apoiar projetos indígenas e das demais populações tradicionais;</li><li>• Implementação do Sistema Nacional de Cultura, ampliando seu orçamento promovendo a descentralização dos recursos e das políticas culturais;</li><li>• Combate a toda forma de discriminação racial, sexual e religiosa.</li></ul>

Brasil, setembro de 2010